



**Contrata
Consultor
na modalidade
PRODUTO**

PROJETO 914BRZ1115 EDITAL Nº 02/2024

- 1. Perfil:** Nível superior na área de Engenharia Civil ou Elétrica ou Arquitetura e Urbanismo
- 2. Nº de vagas:** 10 (dez)
- 3. Qualificação educacional:** Obrigatório Diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior na área de Engenharia Civil ou Elétrica ou Arquitetura e Urbanismo e desejável certificado de conclusão de especialização nas áreas de formação definidas no edital, Engenharia Civil ou Elétrica ou Arquitetura e Urbanismo, devidamente registrados e fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;
- 4. Experiência profissional:** obrigatória mínima comprovada de 02 (dois) anos em atividades de desenvolvimento ou análise de projetos de engenharia e arquitetura, acompanhamento, fiscalização ou supervisão de obras, no âmbito público ou privado; desejável mínima comprovada de 02 (dois) anos em usabilidade dos sistemas informatizados de gestão de monitoramento de programas ou projetos no Governo Federal.

5. Atividades:

Atividades a serem executadas pelos Consultores 01 a 04

Atividade 1: Realizar levantamento de quantitativo de obras de infraestrutura educacional, documentos acerca dos processos e fluxos relacionados à compatibilização de documentos técnicos e fiscais nos Entes Federativos.

Atividade 2: Explorar fontes de dados disponíveis, como relatórios gerenciais do SIMEC, registros de obras concluídas e instrumentos firmados entre os exercícios e estados mencionados nos produtos.

Atividade 3: Realizar reuniões com as áreas responsáveis pelos processos de obras da Educação Básica nos Estados mencionados.

Atividade 4: Coletar insights e informações específicas que possam contribuir para a identificação de gargalos e propostas de melhoria qualitativa.

Atividade 5: Revisar detalhadamente os documentos técnicos e fiscais previamente apresentados pelos Entes Federativos, concentrando-se nos exercícios mencionados.

Atividade 6: Identificar padrões, inconsistências e desafios recorrentes presentes nos documentos e nas evidências de avanço físico das obras.

Atividade 7: Organizar de forma estruturada dos documentos, incluindo análises críticas, recomendações e sugestões embasadas nas atividades de pesquisa conduzidas.

Atividades a serem executadas pelo Consultor 05

Atividade 1: Mapear as condições técnicas das solicitações de troca de terreno, uso de saldo, alteração de locação e alteração de projeto de ações de infraestrutura educacional encaminhadas pelos municípios, estados e Distrito Federal, no âmbito do PAR e que serão operacionalizados na Plataforma Transferegov, indicando os principais conflitos em relação a normativos e recomendações do FNDE, conforme demanda da CGEST.

Atividade 2: Subsidiar na elaboração de critérios técnicos a serem adotados pelos municípios, estados e Distrito Federal que norteiem os objetivos do FNDE, conforme normas técnicas e legislação vigente.

Atividade 3: Subsidiar a elaboração de orientações, guias e manuais.

Atividade 4: Elaborar documento com estudo qualitativo das solicitações de troca de terreno, uso de saldo, alteração de locação e alteração de projeto de ações de infraestrutura educacional encaminhadas pelos municípios e estados brasileiros, no âmbito do PAR, contendo identificação dos gargalos e proposta de solução para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma Transferegov.

Atividades a serem executadas pelos Consultores 06 e 07

Atividade 1: Realizar levantamento de dados sobre as condições técnicas dos projetos voltados para ampliação e reforma oriundos de emendas parlamentares, no âmbito do PAR e da Plataforma Transferegov, indicando os principais conflitos em relação a normativos e recomendações do FNDE.

Atividade 2: Realizar levantamento situacional dos convênios afetos à reestruturação física das instituições públicas não federais de ensino superior, à luz das solicitações encaminhadas pelas entidades, no âmbito das emendas parlamentares, por meio da Plataforma Transferegov.

Atividade 3: Realizar reuniões com as áreas responsáveis pelos processos de obras da Educação Básica nos Estados mencionados.

Atividade 4: Coletar insights e informações específicas que possam contribuir para a identificação de gargalos e propostas de melhoria qualitativa.

Atividade 5: Realizar levantamento situacional dos termos de compromisso afetos à reestruturação física da educação básica, à luz das solicitações encaminhadas pelos municípios e estados brasileiros, no âmbito das emendas parlamentares, por meio do SIMEC PAR.

Atividade 6: Elaborar documento contendo informações acerca do processo de análise de solicitações de alteração de locação, terreno e projeto, contendo sugestões de definição de critérios e melhorias na análise técnica dos projetos.

Atividade 7: Organizar de forma estruturada dos documentos, incluindo análises críticas, recomendações e sugestões embasadas nas atividades de pesquisa conduzidas.

Atividades a serem executadas pelos Consultores 08 e 09

Atividade 1: Realizar estudo acerca dos normativos técnicos vigentes sobre o *Building Information Modeling* - BIM visando a identificação de melhorias no projeto.

Atividade 2: Realizar diagnóstico do projeto modelado em BIM do projetos-padrão Creche Pré-Escola Tipo 1 para a educação infantil com foco em posterior proposição de melhorias em conformidade com as normas técnicas vigentes.

Atividade 3: Propor soluções e metodologia de modelagem para as melhorias identificadas do projeto padrão Creche Pré-Escola Tipo 1 para a educação infantil, em conformidade com as normas técnicas vigentes.

Atividade 4: Realizar levantamento de dados e informações necessárias sobre o projeto padrão Creche Pré-Escola Tipo 2 e módulos de ampliação para a educação infantil com foco em posterior proposição dos elementos de projeto na metodologia BIM (elementos, famílias, *templates* e similares).

Atividade 5: Propor soluções de modelagem para elementos construtivos utilizados no projeto padrão Creche Pré-Escola Tipo 2 e módulos de ampliação para a educação infantil, na metodologia BIM.

Atividade 6: Realizar reuniões com gestores e equipe técnica do FNDE para discutir os resultados de forma a subsidiar material técnico orientativo.

Atividade 7: Auxiliar tecnicamente a equipe do FNDE na modelagem de projetos padrão FNDE, na metodologia BIM.

Atividade 8: Elaborar documento contendo informações acerca do processo de modelagem ao que propicie um diagnóstico do modelo adotado, contendo propostas de definição de critérios e melhorias no desenvolvimento dos modelos.

Atividades a serem executadas pelo Consultor 10

Atividade 1: Realizar pesquisa acerca dos normativos técnicos vigentes sobre o *Building Information Modeling* - BIM visando a identificação de melhorias no projeto.

Atividade 2: Coletar insights e informações específicas que possam contribuir na elaboração de critérios de monitoramento e padrões de modelagem para posterior proposição de material técnico orientativo.

Atividade 3: Realizar diagnóstico do projeto modelado em BIM do projeto padrão Creche Pré-Escola Tipo 1 para a educação infantil com foco em posterior proposição de melhorias em conformidade com as normas técnicas vigentes.

Atividade 4: Realizar análise do projeto modelado em BIM do projeto padrão Creche Pré-Escola Tipo 1 para a educação infantil com foco na detecção de conflitos, planejamento e orçamento.

Atividade 5: Realizar análise do projeto modelado em BIM do projeto padrão Creche Pré-Escola Tipo 2 para a educação infantil com foco na detecção de conflitos, planejamento e orçamento.

Atividade 6: Subsidiar tecnicamente a gestão do FNDE quanto aos aspectos técnicos de engenharia pertinentes à elaboração e disponibilização dos projetos citados acima e soluções específicas propostas, considerando a metodologia BIM.

Atividade 7: Elaborar documento contendo informações acerca do processo de modelagem ao que propicie um diagnóstico do modelo adotado, contendo propostas de definição de critérios e melhorias no desenvolvimento dos modelos.

Atividade 8: Organizar de forma estruturada proposta de orientação aos entes federados, quanto aos critérios e pré-requisitos adotados pelo FNDE para o desenvolvimento de parâmetros de modelagem para projetos de infraestrutura educacional, na metodologia BIM.

6. Produtos/Resultados esperados:

Consultor 1:

Documento Técnico “A” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2007 a 2009, nos Estados AC, AP, AM, PA, RO, RR.

Documento Técnico “B” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2010 a 2012, nos Estados AC, AP, AM, PA, RO, RR.

Documento Técnico “C” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2013 a 2015, nos Estados AC, AP, AM, PA, RO, RR.

Documento Técnico “D” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2016 a 2018, nos Estados AC, AP, AM, PA, RO, RR.

Documento Técnico “E” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2019 a 2021, nos Estados AC, AP, AM, PA, RO, RR.

Documento Técnico “F” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos consolidado dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2007 a 2021, nos Estados AC, AP, AM, PA, RO, RR.

Consultor 2:

Documento Técnico “A” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2007 a 2009, nos Estados TO, AL, BA, CE, MA, PB.

Documento Técnico “B” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2010 a 2012, nos Estados TO, AL, BA, CE, MA, PB.

Documento Técnico “C” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2013 a 2015, nos Estados TO, AL, BA, CE, MA, PB.

Documento Técnico “D” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes

Documento Técnico “E” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2019 a 2021, nos Estados TO, AL, BA, CE, MA, PB.

Consultor 3:

Documento Técnico “B” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2010 a 2012, nos Estados PE, PI, RN, SE, DF, GO, MT, MS.

Documento Técnico “C” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2013 a 2015, nos Estados PE, PI, RN, SE, DF, GO, MT, MS.

Documento Técnico “D” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2016 a 2018, nos Estados PE, PI, RN, SE, DF, GO, MT, MS.

Documento Técnico “E” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2019 a 2021, nos Estados PE, PI, RN, SE, DF, GO, MT, MS.

Documento Técnico “F” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos consolidado dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2007 a 2021, nos Estados PE, PI, RN, SE, DF, GO, MT, MS.

Consulto 4:

Documento Técnico “A” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2007 a 2009, nos Estados ES, MG, RJ, SP, PR, RS, SC.

Documento Técnico “B” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2010 a 2012, nos Estados ES, MG, RJ, SP, PR, RS, SC.

Documento Técnico “C” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2013 a 2015, nos Estados ES, MG, RJ, SP, PR, RS, SC.

Documento Técnico “D” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2016 a 2018, nos Estados ES, MG, RJ, SP, PR, RS, SC.

Documento Técnico “E” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2019 a 2021, nos Estados ES, MG, RJ, SP, PR, RS, SC.

Documento Técnico “F” contendo proposta de melhoria qualitativa identificando-se os gargalos existentes, quando da compatibilização de documentos técnicos e fiscais apresentados pelos Entes Federativos e as evidências de avanço físico das obras da Educação Básica na verificação do cumprimento do objeto das obras concluídas, em detrimento do fiel cumprimento de metas e objetivos consolidado dos instrumentos firmados entre os exercícios de 2007 a 2021, nos Estados ES, MG, RJ, SP, PR, RS, SC.

Consultor 5:

Documento técnico nº “A”, contendo estudo qualitativo das solicitações de troca de terreno e alteração de locação das escolas de educação infantil, pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, contendo identificação dos gargalos e proposta de solução das ações a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP, para subsidiar a sua operacionalização no PAR, com vistas à migração para a Plataforma Transferegov.

Documento técnico nº “B”, contendo Estudo qualitativo relativo das solicitações de uso de saldo das escolas de educação infantil, pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, contendo identificação dos gargalos e proposta de solução das ações a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP, para subsidiar a sua operacionalização no PAR, com vistas à migração para a Plataforma Transferegov.

Documento técnico nº “C”, contendo Estudo qualitativo relativo das solicitações de alteração de projeto das escolas de educação infantil, pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, contendo identificação dos gargalos e proposta de solução das ações a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP, para subsidiar a sua operacionalização no PAR, com vistas à migração para a Plataforma Transferegov.

Documento técnico nº “D”, contendo Estudo qualitativo relativo das solicitações de troca de terreno e alteração de locação das escolas de ensino fundamental, pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, contendo identificação dos gargalos e proposta de solução das ações a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP, para subsidiar a sua operacionalização no PAR, com vistas à migração para a Plataforma Transferegov.

Documento técnico nº “E”, contendo Estudo qualitativo relativo das solicitações de uso de saldo das escolas de ensino fundamental, pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, contendo identificação dos gargalos e proposta de solução das ações a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP, para subsidiar a sua operacionalização no PAR, com vistas à migração para a Plataforma Transferegov.

Documento técnico nº “F”, contendo Estudo qualitativo relativo das solicitações de alteração de projeto das escolas de ensino fundamental, pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, contendo identificação dos gargalos e proposta de solução das ações a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP, para subsidiar a sua operacionalização no PAR, com vistas à migração para a Plataforma Transferegov.

Consultor 6:

Documento técnico “A”, contendo Estudo qualitativo e propostas de soluções das ações de ampliações de instituições públicas não federais de ensino superior oriundas de emendas parlamentares, pactuadas por meio de Convênios, cadastradas pelas instituições de ensino superior não federais, da região Norte, contendo identificação dos gargalos e proposta de solução das ações a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma Transferegov.

Documento técnico “B”, contendo Estudo qualitativo e propostas de soluções das ações de ampliações de instituições públicas não federais de ensino superior oriundas de emendas parlamentares, pactuadas por meio de Convênios, cadastradas pelas instituições de ensino superior não federais, da região Nordeste,

contendo identificação dos gargalos e proposta de solução das ações a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma Transferegov.

Documento técnico “C”, contendo Estudo qualitativo e propostas de soluções das ações de ampliações de instituições públicas não federais de ensino superior oriundas de emendas parlamentares, pactuadas por meio de Convênios, cadastradas pelas instituições de ensino superior não federais, da região Sul, contendo identificação dos gargalos e proposta de solução das ações a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma Transferegov.

Documento técnico “D”, contendo Estudo qualitativo e propostas de soluções das ações de ampliações de instituições públicas não federais de ensino superior oriundas de emendas parlamentares, pactuadas por meio de Convênios, cadastradas pelas instituições de ensino superior não federais, da região Sudeste, contendo identificação dos gargalos e proposta de solução das ações a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma Transferegov.

Documento técnico “E”, contendo Estudo qualitativo e propostas de soluções das ações de ampliações de instituições públicas não federais de ensino superior oriundas de emendas parlamentares, pactuadas por meio de Convênios, cadastradas pelas instituições de ensino superior não federais, da região Centro-Oeste, contendo identificação dos gargalos e proposta de solução das ações a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma Transferegov.

Documento técnico “F”, contendo Estudo qualitativo e propostas de soluções das ações de ampliações de instituições públicas não federais de ensino superior oriundas de emendas parlamentares, pactuadas por meio de Convênios, cadastradas pelas instituições de ensino superior não federais, consolidado para as cinco regiões, contendo identificação dos gargalos e proposta de solução das ações a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma Transferegov.

Consultor 7:

Documento técnico “A”, contendo Estudo qualitativo e propostas de soluções das ações de reformas de instituições públicas não federais de ensino superior oriundas de emendas parlamentares, pactuadas por meio de Convênios, cadastradas pelas instituições de ensino superior não federais, da região Norte, contendo identificação dos gargalos e proposta de solução das ações a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma Transferegov.

Documento técnico “B”, contendo Estudo qualitativo e propostas de soluções das ações de reformas de instituições públicas não federais de ensino superior oriundas de emendas parlamentares, pactuadas por meio de Convênios, cadastradas pelas instituições de ensino superior não federais, da região Nordeste, contendo identificação dos gargalos e proposta de solução das ações a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma Transferegov.

Documento técnico “C”, contendo Estudo qualitativo e propostas de soluções das ações de reformas de instituições públicas não federais de ensino superior oriundas de emendas parlamentares, pactuadas por meio de Convênios, cadastradas pelas instituições de ensino superior não federais, da região Sul, contendo identificação dos gargalos e proposta de solução das ações a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma Transferegov.

Documento técnico “D”, contendo Estudo qualitativo e propostas de soluções das ações de reformas de instituições públicas não federais de ensino superior oriundas de emendas parlamentares, pactuadas por meio de Convênios, cadastradas pelas instituições de ensino superior não federais, da região Sudeste, contendo identificação dos gargalos e proposta de solução das ações a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma Transferegov.

Documento técnico “E”, contendo Estudo qualitativo e propostas de soluções das ações de reformas de instituições públicas não federais de ensino superior oriundas de emendas parlamentares, pactuadas por meio de Convênios, cadastradas pelas instituições de ensino superior não federais, da região Centro-Oeste, contendo identificação dos gargalos e proposta de solução das ações a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma Transferegov.

Documento técnico “F”, contendo Estudo qualitativo e propostas de soluções das ações de reformas de instituições públicas não federais de ensino superior oriundas de emendas parlamentares, pactuadas por meio de Convênios, cadastradas pelas instituições de ensino superior não federais, consolidado para as cinco regiões, contendo identificação dos gargalos e proposta de solução das ações a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma Transferegov.

Consultor 8:

Documento técnico nº “A”, contendo estudo analítico dos projetos padronizados com levantamento de dados e informações necessárias e proposta de soluções para o desenvolvimento de elementos construtivos de arquitetura, mobiliários e equipamentos dos projetos padrão para a educação infantil na metodologia BIM para a disciplina de arquitetura das ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma TransfereGov.

Documento técnico nº “B”, contendo a metodologia de modelagem dos elementos construtivos,

mobiliários e equipamentos dos projetos padrão para a educação infantil na metodologia BIM para a disciplina de arquitetura das ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma TransfereGov.

Documento técnico nº “C”, contendo a proposta de elaboração de material técnico orientativo aos entes federativos quanto a modelagem dos projetos padrão para a educação infantil na metodologia BIM para a disciplina de arquitetura, das ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma TransfereGov.

Documento técnico nº “D”, contendo proposta de solução para a modelagem dos projetos padrão para a educação infantil na metodologia BIM para a disciplina de arquitetura do projeto padrão Creche Pré-escola Tipo 2, das ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma TransfereGov.

Documento técnico nº “E”, contendo proposta de solução para a modelagem dos projetos padrão para a educação infantil na metodologia BIM para a disciplina de arquitetura do projeto padrão Ampliação Módulo Infantil, das ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma TransfereGov.

Documento técnico nº “F”, contendo proposta de solução para a modelagem dos projetos padrão para a educação infantil na metodologia BIM para a disciplina de arquitetura do projeto padrão Ampliação Pró-Infância Tipo B e Tipo C, das ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma TransfereGov.

Consultor 9:

Documento técnico nº “A”, contendo estudo analítico dos projetos padronizados com levantamento de dados e informações necessárias e proposta de soluções para o desenvolvimento de elementos construtivos dos projetos padrão para a educação infantil na metodologia BIM para a disciplina de fundações, estruturas (concreto e metálica), instalações elétricas, hidráulicas e mecânicas das ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma TransfereGov.

Documento técnico nº “B”, contendo a metodologia de modelagem dos elementos construtivos dos projetos padrão para a educação infantil na metodologia BIM para a disciplina de fundações, estruturas (concreto e metálica), instalações elétricas, hidráulicas e mecânicas das ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma TransfereGov.

Documento técnico nº “C”, contendo a proposta de elaboração de material técnico orientativo aos entes federativos quanto a modelagem dos projetos padrão para a educação infantil na metodologia BIM para a disciplina de fundações, estruturas (concreto e metálica), instalações elétricas, hidráulicas e mecânicas das ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma TransfereGov.

Documento técnico nº “D”, contendo proposta de solução para a modelagem dos projetos padrão para a educação infantil na metodologia BIM para a disciplina de fundações, estruturas (concreto e metálica), instalações elétricas, hidráulicas e mecânicas do projeto Creche Pré-escola Tipo 2, das ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma TransfereGov.

Documento técnico nº “E”, contendo proposta de solução para a modelagem dos projetos padrão para a educação infantil na metodologia BIM para a disciplina de arquitetura do projeto padrão Ampliação Módulo Infantil, das ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma TransfereGov.

Documento técnico nº “F”, contendo proposta de solução para a modelagem dos projetos padrão para a educação infantil na metodologia BIM para a disciplina de fundações, estruturas (concreto e metálica), instalações elétricas, hidráulicas e mecânicas do projeto padrão de Ampliação Pró-Infância Tipo B e Tipo C, das ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, para subsidiar a sua operacionalização na Plataforma TransfereGov.

Consultor 10:

Documento Técnico “A” contendo estudo analítico do projeto padrão Creche Pré-Escola Tipo 1 com levantamento de melhorias e proposta de alterações em conformidade com as normas técnicas vigentes na metodologia BIM para a coordenação dos modelos, com foco no planejamento, detecção de conflitos e orçamento, considerando as ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, em conformidade com a Estratégia BIM-FNDE, visando a melhoria do controle interno da coordenação e do monitoramento dos programas, a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP.

Documento Técnico “B” contendo estudo analítico do projeto padrão Creche Pré-Escola Tipo 2 com levantamento de informações necessárias e proposta de soluções para o desenvolvimento de elementos construtivos de arquitetura, mobiliários e equipamentos na metodologia BIM para a coordenação dos modelos, com foco no planejamento, considerando as ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, em conformidade com a Estratégia BIM-FNDE, visando a melhoria do controle interno da coordenação e do monitoramento dos programas, a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP.

Documento Técnico “C” contendo estudo analítico do projeto padrão Creche Pré-Escola Tipo 2 com levantamento de informações necessárias e proposta de soluções para o desenvolvimento de elementos construtivos de arquitetura, mobiliários e equipamentos na metodologia BIM para a coordenação dos modelos, com foco na detecção de conflitos, considerando as ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, em conformidade com a Estratégia BIM-FNDE, visando a melhoria do controle interno da coordenação e do monitoramento dos programas, a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP.

Documento Técnico “D” contendo estudo analítico do projeto padrão Creche Pré-Escola Tipo 2 com levantamento de informações necessárias e proposta de soluções para o desenvolvimento de elementos construtivos de arquitetura, mobiliários e equipamentos na metodologia BIM para a coordenação dos modelos, com foco no orçamento, considerando as ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, em conformidade com a Estratégia BIM-FNDE, visando a melhoria do controle interno da coordenação e do monitoramento dos programas, a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP.

Documento Técnico “E” contendo estudo analítico do projeto padrão Ampliação Módulo Infantil com levantamento de melhorias e proposta de alterações em conformidade com as normas técnicas vigentes na metodologia BIM para a coordenação dos modelos, com foco no planejamento, detecção de conflitos e orçamento, considerando as ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, em conformidade com a Estratégia BIM-FNDE, visando a melhoria do controle interno da coordenação e do monitoramento dos programas, a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP.

Documento Técnico “F” contendo estudo analítico do projeto padrão de Ampliação Pró-Infância Tipo B e Tipo C com levantamento de melhorias e proposta de alterações em conformidade com as normas técnicas vigentes na metodologia BIM para a coordenação dos modelos, com foco no planejamento, detecção de conflitos e orçamento, considerando as ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio de Termos de Compromisso, destinadas à reestruturação das redes físicas escolares cadastradas pelos entes federados no Plano de Ações Articuladas - PAR, em conformidade com a Estratégia BIM-FNDE, visando a melhoria do controle interno da coordenação e do monitoramento dos programas, a partir das demandas disponibilizadas pela CGEST-DIGAP.

7. Local de Trabalho: Brasília/DF

8. Duração do contrato: 11 Meses

9. A contratação será efetuada mediante processo seletivo simplificado composto de 3 (três) etapas. Não serão consideradas candidaturas submetidas fora do prazo previsto, que não estejam com o currículo padrão, incompletas ou mal identificadas. A seleção será conduzida por comissão específica. A comissão será formada por no mínimo 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

9.1 Análise Curricular:

a) Os currículos deverão seguir o modelo padrão publicado no site do FNDE: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/selecao-de-consultores>. O candidato que encaminhar qualquer outro formato de currículo estará eliminado da seleção;

b) Os currículos deverão ser encaminhados nas datas previstas no edital publicado no diário oficial para o

e-mail prododdigap@fnde.gov.br, preferencialmente em formato PDF. Os currículos enviados fora do período indicado serão desconsiderados;

c) No campo “assunto” do e-mail deverá constar, obrigatoriamente, o número do edital;

d) A indicação do número incorreto do edital ou do projeto ensejará a eliminação do candidato;

e) O candidato que não indicar o edital correto no campo “1.1 DADOS DA SELEÇÃO” do currículo será eliminado da seleção;

f) Os currículos padrão encaminhados tempestivamente serão analisados pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no máximo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;

g) A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item “Tabela com Critérios de avaliação” constante do Termo de Referência.

9.2 Entrevista:

a) Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação da etapa da análise curricular. Serão entrevistados, no máximo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas ofertadas, salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas;

b) A habilitação para o candidato seguir para a etapa de entrevista é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 56 pontos;

c) As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;

d) As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo padrão;

e) A entrevista valerá até 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;

f) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;

g) A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

9.3 Análise documental/Convocação:

a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas de Análise Curricular e Entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;

b) A habilitação para fins de contratação é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas 1 e 2 (análise curricular + entrevista);

c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;

d) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado à comissão de seleção, no prazo estipulado;

e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis” conforme o tópico “7. Requisitos –de Qualificação”.

f) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;

g) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;

h) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;

i) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;

j) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;

k) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

10. Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de

horários e de comprometimento das atividades atribuídas. Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

11. Recursos e questionamentos

Eventuais questionamentos ou recursos relacionados aos resultados deverão ser encaminhados para o e-mail prododigap@fnde.gov.br, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

a) O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;

b) A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

Os interessados deverão enviar o Currículo padrão, preferencialmente em formato PDF, do dia 15/03/2024 a 20/03/2024 para o e-mail prododigap@fnde.gov.br, indicando o número do edital no campo assunto. Serão desconsiderados os CVs remetidos após a data limite indicada neste Edital 02/2024.

Em atenção às disposições do decreto nº 5.151, de 22/07/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional.